


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002633-81.2011.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Matheus Generoso**
 Requerido: **Óptica Cine e Foto Crislen e outro**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Trata-se de pedido de indenização por danos morais e declaração de inexistência de débitos ajuizados por **MATHEUS GENEROSO** contra **ÓPTICA CINE E FOTO CRISLEN** e **NELYCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES**. Alegou que se dirigiu ao estabelecimento da primeira requerida para aquisição de óculos, sendo mal atendido. Após efetuar a transação, decidiu não permanecer com o produto que sequer foi retirado da loja. Alegou que o cancelamento da compra foi negado pela vendedora da primeira requerida. No entanto, começou a receber cobranças e ameaças de negativação, o que efetivamente ocorreu. Requer indenização no valor de R\$ 5.000,00.

Contestação da primeira ré às fls. 32/38 refutando as alegações do autor e insistindo que a compra ocorreu de forma perfeita e acabada. Alegou abuso por parte do autor que fez a compra e depois não quis mais o bem, sem motivos. Refutou a ocorrência de danos morais, pois o autor comprou e não pagou as parcelas do cartão de crédito. Requereu a improcedência.

Resposta da ré Nelycard às fls. 48/69 arguindo sua ilegitimidade passiva. Alega que apenas disponibilizou o crédito ao autor e não pode ser responsabilizada pela venda que não se concretizou por motivos alheios à sua intervenção, sendo aplicável a excludente de culpa exclusiva da vítima. Arguiu inépcia da inicial pela falta de demonstração dos danos morais e carência de ação, pois não houve tentativa extrajudicial para solucionar o problema junto à ré. No mérito, alegou sua boa-fé e que agiu em exercício regular de direito. Requereu a improcedência.

Foi designada Audiência de instrução de julgamento e apresentadas as alegações finais das partes.

É o relatório.
Fundamento e decidido.

Nos termos do art. 7º, parágrafo único, do CDC: “Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão **solidariamente** pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo”.

Sendo assim, compete ao consumidor escolher um ou todos os agentes, no momento da propositura de eventual ação indenizatória.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A negativação de fls. 26 consta em nome da própria ré Nelycard, razão pela qual não há falar-se em ilegitimidade passiva, ficando superada a preliminar.

A preliminar de falta de interesse de agir não merece acolhida, pois, na medida em que o requerido apresenta resistência à pretensão, faz-se necessário o provimento jurisdicional para que se alcance o fim almejado.

Igualmente, a preliminar de inépcia não merece acolhimento. Com efeito, a petição inicial apresentou relato inteligível, rendendo ensejo a substancial defesa do requerido e não padece de vício de natureza formal.

No mérito, o pedido é improcedente.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Dito isso, é necessário analisar a questão referente ao direito de arrependimento e a o chamado "prazo de reflexão" estipulado no art. 49 do Código de Defesa do Consumidor.

Trata-se de direito incondicionado de que dispõe o consumidor a fim de avaliar, com tranquilidade, pelo prazo de sete dias a contar da assinatura do contrato ou do recebimento do produto ou serviço, a conveniência das contratações realizadas fora do estabelecimento comercial (físico).

A esse respeito, leciona a doutrina:

"Essa é a principal razão do direito de arrependimento do consumidor. Conceder-lhe uma oportunidade de refletir calmamente sobre a compra que fez premido pelas técnicas agressivas de vendas fora do estabelecimento comercial. A lei confere ao consumidor o prazo de sete dias para isso. É o chamado prazo de reflexão ou de arrependimento.

Nesse prazo, o consumidor pode desistir do contrato independentemente de qualquer justificativa. A lei dá ao consumidor a faculdade (direito potestativo ou formativo) de desistir daquela compra de impulso, efetuada sob forte influência da publicidade sem que o produto esteja sendo visto de perto, concretamente, ou sem que o serviço possa ser mais bem examinado. Na verdade, é um direito unilateral do consumidor de desfazer o contrato, um direito formativo extintivo, tal qual a resolução, a denúncia ou a revogação nos contratos paritários.(...)"(CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Direito do Consumidor, 4ªEd., p. 170/171).

Como se vê, tal direito limita-se ao desfazimento ou rescisão unilateral do contrato celebrado fora do estabelecimento físico. Não se estende tal possibilidade ao consumidor que comparece pessoalmente no estabelecimento e livremente escolhe o bem que pretende adquirir.

No caso, a contratação foi realizada pessoalmente na própria loja, de forma que o arrependimento não possui respaldo jurídico e a rescisão depende do consentimento da outra parte.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido:

RESCISÃO CONTRATUAL COM PEDIDO DE DANOS MORAIS – COMPRA E VENDA DE VEÍCULO – ALEGAÇÃO DE ERRO INDUZIDO PELO VENDEDOR – AUSÊNCIA – SIMPLES ARREPENDIMENTO 1 – Nos termos do art. 49 do CDC, o consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio. Não se estende tal possibilidade ao consumidor que comparece pessoalmente no estabelecimento e livremente escolhe o bem que pretende adquirir; 2 - É mais do que flagrante a diferença existente entre os veículos Saveiro e SpaceFox, não podendo ser atribuído à vendedora a responsabilidade por eventual "equívoco" por parte do consumidor. Saveiro é um tipo de veículo com caçamba aberta, sendo esta a sua maior característica, apesar das variações decorrentes dos modelos existentes. De outra banda, o Fox é um veículo integralmente fechado e sem caçamba, e até mesmo na versão Space, muito embora apresente maior espaço interno, evidentemente não cumpre as mesmas funções de uma mini pick-up com caçamba, como seria o caso da Saveiro. Veículos que estavam na loja e perante eles foi feita a escolha pelo consumidor, que não pode alegar indução a erro pelas características do carro efetivamente adquirido. RECURSO IMPROVIDO. (TJSP; Apelação 1004260-94.2015.8.26.0126; Relator (a): Maria Lúcia Pizzotti; Órgão Julgador: 30ª Câmara de Direito Privado; Foro de Caraguatatuba - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 29/11/2017; Data de Registro: 05/12/2017).

Assim, é devida a cobrança e, por consequência, legítima a restrição de crédito sofrida pelo autor, não configurando os danos morais.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Arcará a parte autora com as custas e despesas processuais e honorários advocatícios de 10% do valor da causa atualizado, observada a gratuidade concedida.

Interposta apelação, intime-se a parte recorrida para apresentação de contrarrazões e, na sequência, remetam-se os autos à Superior Instância com as homenagens do juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 11 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**